



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 386/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 2211/2014 (02 Volumes).

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Secretaria Executiva de Proteção e Defesa Civil – SEPDEC.

4- Exercício: 2013.

5- Responsável: Sr. José Fernando de Farias, Secretário Executivo de Proteção e Defesa Civil, à época.

6- Unidade Técnica: DICAD-MA – Informação Conclusiva nº 09/2015 (fls. 299/301).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1458/2014-MPC-EMFA, da Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas (fls.302/303).

8- Relator: Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria Executiva de Proteção e Defesa Civil. Exercício de 2013.

Contas Regulares com ressalvas. Quitação. Determinação à Secretaria Executiva de Proteção e Defesa Civil.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar Regular com Ressalvas a Prestação de Contas Anuais da Secretaria Executiva de Proteção e Defesa Civil, exercício de 2013, sob a responsabilidade do senhor **José Fernando de Farias**, Secretário Executivo de Proteção e Defesa Civil, nos termos do inciso II do art. 1º e do inciso II do art. 22, dando-se **quitação** ao Responsável, condicionado ao atendimento do art. 24 e do inciso II do art. 72, todos da Lei nº 2.423/96, considerando que as contas evidenciam impropriedades de que não resultaram dano ao Erário.

9.2- Determinar à Secretaria Executiva de Proteção e Defesa Civil que se exima de aderir a atas de registro de preços com vigência superior a 12 meses.

10- Ata: 15ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 04 de Maio de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

12.1- Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____
De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 386/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral